

MUNICÍPIO DE SABROSA

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2025

W
T. Pedro
B.
R.
L.
J.



SABROSA

Município

Terra de Fernão Magalhães

u.
T. Pedro





Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado
2. Demonstrações Financeiras Consolidadas
 - Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental
 - Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza
3. Demonstrações Financeiras Consolidadas
 - Balanço Consolidado
 - Demonstração de Resultados por Naturezas Consolidada
 - Demonstração Fluxos de Caixa Consolidadas
 - Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidadas
4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2025

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

W. *[Signature]*
[Signature]
T. Pedro
[Signature]
[Signature]



SABROSA

Município

Terra de Fernão Magalhães

T. Pedro

1. Introdução

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

Assim, surge a necessidade de se apresentarem contas consolidadas, sendo o método de equivalência patrimonial o utilizado uma vez que o Município de Sabrosa é detentor de uma percentagem de controlo num empreendimento conjunto, enquadrado na NCP24 – Acordos Conjuntos.

O método de equivalência patrimonial consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método o previsto na NCP 23 – Investimentos associados e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.

T. Pedro
u.
J.

[Handwritten signatures and initials]

2. Perímetro de consolidação das contas

O N.º3 do artigo 75.º do RFALEI define grupo autárquico como o conjunto objeto de consolidação composto pelo município, como entidade consolidante, pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar as suas atividades.

O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O artigo 7.º do Decreto-lei n.º192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidadas.

À luz do n.º7 do art.º 75.º e do DL 192/2015 que aprovou o SNC-AP, os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Demonstração consolidada das alterações do património líquido;

W.
T. Pedro
AB
[Signature]
[Signature]
[Signature]

- Mapa de fluxos de caixa consolidados;
- Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

A NCP 26 também estipula que é necessário apresentar uma demonstração consolidada do desempenho orçamental e uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, cujo objetivo é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais.

A Empresa Águas do Interior Norte, entidade consolidada, detida a 6,72% pelo Município, não faz parte do perímetro de consolidação orçamental nos termos dos parágrafos 22 e 23 da NCP26.

3. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

ADIN – ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, EM, S.A.

- Sede: Vila Real
- NIPC: 515 684 473
- Capital Social: 27.148.050,00€
- Nº ações Município de Sabrosa: 1.825.425,00 ações
- % Capital detido: 6,72%

A “Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.”, com sede na Avenida Rainha Santa Isabel, n.º 5000-434, Vila Real, foi constituída por escritura pública, celebrada no dia 15 de Novembro de 2019, e tem por objeto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para a recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

lee.
T. Pedro
AB

4. Outras entidades não incluídas no perímetro de consolidação

Entidades / Participada		Participação	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Observações
Denominação	NIPC					
Águas do Norte	513 606 084	0,08%	108 095 468,00 €	320 645,57 €	13 264 770,00 €	a)
Dourogás	508 195 128	0,16%				b)
Sonorgás	503 264 113	0,05%				b)
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	0,08%	417 857 175,00 €			b); c)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1 500,00 €				b)
Fundação Museu do Douro	507 693 671	12 413,00 €				b)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	4 819,25 €				b)
Turismo Porto e Norte de Portugal	508 905 435	1 500,00 €				b)
AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos	G09 305 129	1 000,00 €				b)
Sabrosa Douro XXI	507 850 297	250,00 €				b)
Associação Nacional de Assembleias Municipais	513 864 202	1 175,00 €				b)
Rede Mundial de Cidades Magalhânicas	G-90212606	3 000,00 €				b)
Assoc. Port. Pais Amigos Cidadão Deficiente Mental	504 646 915	500,00 €				b)
a) criada pelo Dec. Lei n.º 93/2015 de 29 de Maio		c) Entidades não societária (fundações e associações)				
b) criada pela Lei n.º 53/2014 de 25 Agosto						

5. Análise Económico-Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

Assim, iremos analisar o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidado.

Em 2025 o ativo consolidado do Município de Sabrosa atingiu o montante de 44.877.114,05€.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	36 626 244,06 €		36 626 244,06 €	32 561 468,16 €
Ativos intangíveis	112 292,54 €	- €	112 292,54 €	112 414,40 €
Participações financeiras	3 798 799,00 €	1 650 851,07 €	5 449 650,07 €	5 593 264,57 €
	40 537 335,60 €	1 650 851,07 €	42 188 186,67 €	38 267 147,13 €
Ativo corrente				
Inventários	483 662,29 €		483 662,29 €	300 497,03 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	509 388,00 €	- €	509 388,00 €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	191 376,55 €		191 376,55 €	178 799,60 €
Estado e outros entes públicos	19 065,46 €	- €	19 065,46 €	19 546,01 €
Outras contas a receber	995 258,00 €	- €	995 258,00 €	1 673 687,76 €
Diferimentos	30 347,42 €	- €	30 347,42 €	22 234,17 €
Caixa e depósitos	459 829,66 €	- €	459 829,66 €	1 295 984,43 €
	2 688 927,38 €	- €	2 688 927,38 €	3 490 749,00 €
Total do Ativo	43 226 262,98 €	1 650 851,07 €	44 877 114,05 €	41 757 896,13 €

O Ativo não corrente representa quase a totalidade do Ativo, mais propriamente cerca de 94%, com ênfase nos Ativos Fixos Tangíveis e Participações Financeiras, que apresentam, entre os Ativos Não Correntes, as respetivas percentagens de 87% e 13%.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	18 165,00 €	- €	18 165,00 €	67 844,27 €
Financiamentos obtidos	1 046 995,98 €	- €	1 046 995,98 €	1 277 353,19 €
	1 065 160,98 €	- €	1 065 160,98 €	1 345 197,46 €
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €	- €	- €	- €
Fornecedores	1 273 751,25 €	- €	1 273 751,25 €	405 243,28 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	17 939,57 €	- €	17 939,57 €	- €
Estado e outros entes públicos	123 548,86 €	- €	123 548,86 €	59 146,19 €
Financiamentos obtidos	135 081,84 €	- €	135 081,84 €	183 581,32 €
Fornecedores de investimentos	822 340,42 €	- €	822 340,42 €	31 727,59 €
Outras contas a pagar	1 023 540,91 €	- €	1 023 540,91 €	920 322,16 €
Diferimentos	8 245,15 €	- €	8 245,15 €	3 097,28 €
	3 404 448,00 €	- €	3 404 448,00 €	1 603 117,82 €
Total Passivo	4 469 608,98 €	- €	4 469 608,98 €	2 948 315,28 €
Total Património Líquido e Passivo	43 226 262,98 €	1 650 851,07 €	44 877 114,05 €	41 757 896,13 €

Relativamente ao Passivo do Grupo, este apresenta o montante de 4.469.608,98€.

Também no Passivo, é a parcela não corrente que atinge 23,83% do valor total. A rubrica com maior impacto no Passivo é a de Fornecedores, com a percentagens de 28,50%.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	38 182 379,65 €	- €	38 182 379,65 €	38 182 379,65 €
Reservas	425 556,70 €	- €	425 556,70 €	425 556,70 €
Resultados transitados	- 17 087 183,43 €	- €	- 17 087 183,43 €	- 15 968 044,56 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 616 885,92 €	1 616 885,92 €	1 715 406,91 €
Outras variações no oatrimónio líquido	18 328 871,39 €	- €	18 328 871,39 €	14 964 603,86 €
Resultado Líquido do período	- 1 092 970,31 €	33 965,15 €	- 1 059 005,16 €	- 510 321,70 €
Total Património Líquido	38 756 654,00 €	1 650 851,07 €	40 407 505,07 €	38 809 580,86 €

u.
T. Redno

6. Demonstração Consolidada dos Resultados

O resultado do ano de 2025 antes das depreciações e gastos financeiros registra um resultado positivo na importância de 951.097,61€, sendo que após a realização dos movimentos contábilísticos respeitantes às depreciações do exercício, ajustamentos das taxas aplicadas à vida útil de cada bem, de acordo com o Código Complementar do SNC-AP e juros e gastos similares suportados, obtém-se um resultado líquido do exercício negativo de 1.059.005,16€.

Rendimentos e Gastos	Município de Sabrosa	ADIN	Contas Consolidadas	
	2025	2025	2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	1 511 955,36 €	- €	1 511 955,36 €	1 157 991,92 €
Vendas	18 301,63 €	- €	18 301,63 €	21 097,41 €
Prestações de serviços e concessões	851 902,62 €	- €	851 902,62 €	853 201,73 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 656 645,70 €	- €	7 656 645,70 €	7 410 730,59 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	33 965,15 €	33 965,15 €	47 251,56 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 149 470,79 €	- €	- 149 470,79 €	- 44 786,81 €
Fornecimentos e serviços externos	- 3 286 062,10 €	- €	- 3 286 062,10 €	- 3 077 250,01 €
Gastos com pessoal	- 4 710 894,86 €	- €	- 4 710 894,86 €	- 3 949 132,74 €
Transferências e subsídios concedidos	- 1 260 110,99 €	- €	- 1 260 110,99 €	- 1 286 143,74 €
Prestações sociais	- 436 299,17 €	- €	- 436 299,17 €	- 514 921,63 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	125,56 €	- €	125,56 €	274,11 €
Provisões (aumentos/reduções)	49 679,27 €	- €	49 679,27 €	130 904,62 €
Outros rendimentos	929 546,66 €	- €	929 546,66 €	1 250 310,05 €
Outros gastos	- 258 186,43 €	- €	- 258 186,43 €	- 467 399,64 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	917 132,46 €	33 965,15 €	951 097,61 €	1 532 127,42 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 1 961 588,84 €	- €	- 1 961 588,84 €	- 1 966 207,00 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	- 1 044 456,38 €	33 965,15 €	- 1 010 491,23 €	434 079,58 €
Juros e rendimentos similares obtidos	3 212,61 €	- €	3 212,61 €	319,03 €
Juros e gastos similares suportados	- 51 726,54 €	- €	- 51 726,54 €	- 76 561,15 €
Resultado antes de impostos	- 1 092 970,31 €	33 965,15 €	- 1 059 005,16 €	510 321,70 €
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €	- €	- €
Resultado líquido do período	- 1 092 970,31 €	33 965,15 €	- 1 059 005,16 €	510 321,70 €

Ao nível das rubricas dos Rendimentos, salienta-se o peso das Transferências e Subsídios Obtidos que representam 69,28% das receitas reconhecidas.

7. Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre as contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias, e fazer comparações no tempo. Assim, apresenta-se seguidamente os principais indicadores económicos e financeiros.

Indicadores		2025	2024
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo}}$	90,04%	92,94%
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo corrente}}$	13,51%	80,84%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	9,96%	7,06%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Património Líquido}}$	-2,62%	-1,31%
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	78,98%	217,75%
Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo}}$	904,05%	1316,33%

8. Dívida Consolidada

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: o nível de receitas arrecadadas e do volume de investimentos a realizar.

Stock da dívida - Empréstimos Bancários					
Descrição	Município de Sabrosa	AdIN E.I.M., SA	Percentagem 6,72%	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Empréstimos bancários - não corrente	1 046 995,98 €	24 131 578,71 €	1 621 642,09 €	- €	2 668 638,07 €
Empréstimos bancários - corrente	135 081,84 €	912 548,91 €	61 323,29 €	- €	196 405,13 €
Total	1 182 077,82 €	25 044 127,62 €	1 682 965,38 €	- €	2 865 043,20 €

Stock da dívida - Outras Dívidas					
Descrição	Município de Sabrosa	AdIN E.I.M., SA	Percentagem 6,72%	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €	- €	- €	- €	- €
Provisões	18 165,00 €	1 539 967,21 €	103 485,80 €	- €	121 650,80 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	17 939,57 €	- €	- €	- €	17 939,57 €
Fornecedores	1 273 751,25 €	6 133 146,91 €	412 147,47 €	- €	1 685 898,72 €
Passivos por impostos diferidos	- €	7 453 480,48 €	500 873,89 €	- €	500 873,89 €
Estado e outros Entes Públicos	123 548,86 €	107 506,71 €	7 224,45 €	- €	130 773,31 €
Outras Contas a pagar	1 023 540,91 €	2 885 875,48 €	193 930,83 €	- €	1 217 471,74 €
Diferimentos	8 245,15 €	- €	- €	- €	8 245,15 €
Total	2 465 190,74 €	18 119 976,79 €	1 217 662,44 €	- €	3 682 853,18 €

Para os cálculos dos valores apresentados não foi tida em conta a dívida correspondente a operações não orçamentais (Cauções).

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2025

2. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS



SABROSA

Município

Terra de Fernão Magalhães





Demonstração consolidada de desempenho orçamental 2025

Rubrica	RECEBIMENTOS	2025	2024
RA01	Saldo de gerência anterior	1 295 984,43 €	545 840,58 €
R101	Operações orçamentais [1]	1 056 206,33 €	306 881,83 €
R102	Devolução do saldo de operações orçamentais	0,00 €	0,00 €
R103	Operações de tesouraria [A]	239 778,10 €	238 958,75 €
RA02	Receta corrente	10 981 333,90 €	9 278 644,56 €
R1	Receta fiscal	1 304 257,64 €	919 591,19 €
R11	Impostos diretos	1 304 257,64 €	919 591,19 €
R12	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	201 722,03 €	179 535,41 €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	- €
R5	Transferências Correntes	8 624 558,07 €	7 383 717,14 €
R51	Administrações Públicas	8 624 558,07 €	7 383 717,14 €
R511	Administração Central - Estado	8 532 796,19 €	7 241 371,36 €
R512	Administração Central - Outras entidades	91 761,88 €	142 345,78 €
R513	Segurança Social	- €	- €
R514	Administração Regional	- €	- €
R515	Administração Local	- €	- €
R52	Exterior - EU	- €	- €
R53	Outras	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços correntes	838 361,01 €	756 457,72 €
R7	Outras receitas correntes	12 435,15 €	39 343,10 €
R8	Receta Capital	3 335 450,00 €	2 573 136,86 €
R9	Venda de bens de investimento	43 079,57 €	107 574,00 €
R91	Transferências de capital	3 292 370,43 €	2 465 562,86 €
R911	Administrações Públicas	3 292 370,43 €	2 465 562,86 €
R912	Administração Central - Estado	3 292 370,43 €	2 465 562,86 €
R913	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R914	Segurança Social	- €	- €
R915	Administração Regional	- €	- €
R92	Administração Local	- €	- €
R93	Exterior - EU	- €	- €
R10	Outras	- €	- €
RA04	Receta efetiva (2)	14 318 572,44 €	11 852 975,18 €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 788,54 €	1 193,76 €
RA05	Receitas não efetivas (3)	- €	- €
R12	Receitas com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receitas com passivos financeiros	- €	- €
RA06	Receta total (4)=(1)+(2)+(3)	15 374 778,77 €	12 159 857,01 €

Rubrica	PAGAMENTOS	2025	2024
D1	Despesa corrente	9 448 271,71 €	9 063 220,49 €
D11	Despesas com o pessoal	4 441 517,44 €	4 046 638,59 €
D12	Remunerações Certas e Permanentes	3 596 883,67 €	3 254 973,65 €
D13	Abonos Variáveis ou Eventuais	62 679,87 €	58 749,49 €
D2	Segurança Social	781 953,90 €	732 915,45 €
D3	Aquisição de bens e serviços	3 167 775,58 €	2 875 585,30 €
D4	Juros e outros encargos	51 346,69 €	76 538,83 €
D41	Transferências correntes	1 293 524,01 €	1 408 368,05 €
D411	Administrações Públicas	438 940,06 €	447 108,16 €
D412	Administração Central - Estado		
D413	Administração Central - Outras entidades		
D414	Segurança Social		
D415	Administração Regional	438 940,06 €	447 108,16 €
D42	Administração Local	735 849,91 €	841 995,82 €
D43	Instituições sem fins lucrativos	118 734,04 €	119 264,07 €
D44	Famílias		
D5	Outras		
D6	Subsídios		
D7	Outras despesas correntes	494 107,99 €	656 089,72 €
D8	Despesas de capital	5 447 760,79 €	1 799 436,88 €
D81	Aquisição de bens de Capital	5 260 311,55 €	1 618 062,48 €
D811	Transferências de capital	187 449,24 €	181 374,40 €
D812	Administrações Públicas	25 510,00 €	37 490,00 €
D813	Administração Central - Estado		
D814	Administração Central - Outras entidades		
D815	Segurança Social		
D82	Administração Regional	25 510,00 €	37 490,00 €
D83	Administração Local	161 939,24 €	143 884,40 €
D84	Instituições sem fins lucrativos		
D9	Famílias		
D91	Outras		
D92	Outras despesas capital		
D93	Despesa efetiva (5)	14 896 032,50 €	10 862 657,37 €
D94	Despesa não efetivas (6)	278 856,69 €	240 993,31 €
D95	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
D96	Despesa com passivos financeiros	278 856,69 €	240 993,31 €

ROT1	Operações de tesouraria [B]	59 402,64 €	54 435,95 €	Despesa total (7)=(6)+(5)	15 174 889,19 €	11 103 650,68 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]				39 240,66 €	53 616,60 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte				459 829,66 €	1 295 984,43 €
DA07	Operações orçamentais (8)=(4)-(7)				199 889,58 €	1 056 206,33 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]				259 940,08 €	239 778,10 €
DA09	Saldo global (2)-(5)			-	577 460,06 €	990 317,81 €
DA10	Despesa primária				14 844 685,81 €	10 786 118,54 €
DA11	Saldo corrente				1 533 062,19 €	215 424,07 €
DA12	Saldo de capital			-	2 112 310,79 €	773 699,98 €
DA13	Saldo primário			-	526 113,37 €	1 066 856,64 €
DA14	Receita Total (1)+(2)+(3)				15 374 778,77 €	12 159 857,01 €
Da15	Despesa total (5)+(6)				15 174 889,19 €	11 103 650,68 €

Nota: Os valores deste mapa referem-se apenas ao Município de Sabrosa, uma vez que a Entidade AdIN – Águas do Interior Norte, EM, SA não faz parte do perímetro orçamental.

T. Pedro

m.

Ver
Pedro
E.

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza 2025

Rubrica	RECEBIMENTOS	2025	2024
R1	Receita corrente	122 491,47 €	110 034,31 €
R11	Receita fiscal	- €	- €
R12	Impostos diretos	- €	- €
R12	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 753,83 €	9 127,46 €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	- €
R5	Transferências Correntes	- €	- €
R51	Administrações Públicas	- €	- €
R511	Administração Central - Estado	- €	- €
R512	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R513	Segurança Social	- €	- €
R514	Administração Regional	- €	- €
R515	Administração Local	- €	- €
R52	Exterior - EU	- €	- €
R53	Outras	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços correntes	108 506,65 €	91 556,07 €
R7	Outras receitas correntes	9 230,99 €	9 350,78 €
R7	Receita Capital	1 018 776,00 €	- €
R8	Venda de bens de investimento	1 018 776,00 €	- €
R9	Transferências de capital	- €	- €
R91	Administrações Públicas	- €	- €
R911	Administração Central - Estado	- €	- €
R912	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R913	Segurança Social	- €	- €
R914	Administração Regional	- €	- €
R915	Administração Local	- €	- €
R92	Exterior - EU	- €	- €
R93	Outras	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	- €	- €
R11	Receita efetiva (1)	1 141 267,47 €	110 034,31 €
R12	Receitas não efetivas (2)	- €	- €
R13	Receitas com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receitas com passivos financeiros	- €	- €
R13	Receita total (3)=(1)+(2)	1 141 267,47 €	110 034,31 €

Rubrica	PAGAMENTOS	2025	2024
D1	Despesa corrente	620 123,95 €	309 530,37 €
D11	Despesas com o pessoal	47 465,42 €	32 152,72 €
D11	Remunerações Certas e Permanentes	46 886,91 €	31 859,85 €
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 907,26 €	292,87 €
D13	Segurança Social	- €	- €
D2	Aquisição de bens e serviços	346 279,62 €	165 088,99 €
D3	Juros e outros encargos	- €	- €
D4	Transferências correntes	40 812,68 €	105 985,04 €
D41	Administrações Públicas	- €	- €
D411	Administração Central - Estado	- €	- €
D412	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
D413	Segurança Social	- €	- €
D414	Administração Regional	- €	- €
D415	Administração Local	- €	- €
D42	Instituições sem fins lucrativos	- €	- €
D43	Famílias	- €	- €
D44	Outras	- €	- €
D5	Subsídios	- €	- €
D6	Outras despesas correntes	185 566,23 €	6 303,62 €
D6	Despesas de capital	776 210,98 €	30 368,06 €
D7	Aquisição de bens de Capital	757 642,39 €	30 368,06 €
D8	Transferências de capital	18 568,59 €	- €
D81	Administrações Públicas	- €	- €
D811	Administração Central - Estado	- €	- €
D812	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
D813	Segurança Social	- €	- €
D814	Administração Regional	- €	- €
D815	Administração Local	- €	- €
D82	Instituições sem fins lucrativos	- €	- €
D83	Famílias	- €	- €
D84	Outras	- €	- €
D9	Outras despesas capital	- €	- €
D9	Despesa efetiva (1)	1 396 334,93 €	339 898,43 €
R12	Despesa não efetivas (2)	- €	- €
R13	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
R13	Despesa com passivos financeiros	- €	- €
R13	Despesa total (3)=(1)+(2)	1 396 334,93 €	339 898,43 €

Nota: Os valores deste mapa referem-se apenas ao Município de Sabrosa, uma vez que a Entidade AdIN - Águas do Interior Norte, EM, SA não faz parte do perímetro orçamental.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2025

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

W. 
T. Pedro 
B. 



SABROSA

Município

Terra de Fernão Magalhães

Balanço Consolidado

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

Rubricas		Notas	Datas	
			31/12/2025	31/12/2024
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4/5	36 626 244,06 €	32 561 468,16 €	
Ativos intangíveis	3	112 292,54 €	112 414,40 €	
Participações financeiras	1/18	5 449 650,07 €	5 593 264,57 €	
		42 188 186,67 €	38 267 147,13 €	
Ativo corrente				
Inventários	10	483 662,29 €	300 497,03 €	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		509 388,00 €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes	9	191 376,55 €	178 799,60 €	
Estado e outros entes públicos		19 065,46 €	19 546,01 €	
Outras contas a receber		995 258,00 €	1 673 687,76 €	
Diferimentos		30 347,42 €	22 234,17 €	
Caixa e depósitos	1	459 829,66 €	1 295 984,43 €	
		2 688 927,38 €	3 490 749,00 €	
Total do Ativo		44 877 114,05 €	41 757 896,13 €	
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital		38 182 379,65 €	38 182 379,65 €	
Reservas		425 556,70 €	425 556,70 €	
Resultados transitados		- 17 087 183,43 €	- 15 968 044,56 €	
Ajustamentos em ativos financeiros		1 616 885,92 €	1 715 406,91 €	
Outras variações no oatrimónio líquido		18 328 871,39 €	14 964 603,86 €	
Resultado Líquido do período		- 1 059 005,16 €	- 510 321,70 €	
Total Património Líquido		40 407 505,07 €	38 809 580,86 €	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	15	18 165,00 €	67 844,27 €	
Financiamentos obtidos	7	1 046 995,98 €	1 277 353,19 €	
		1 065 160,98 €	1 345 197,46 €	
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		- €	- €	
Fornecedores		1 273 751,25 €	405 243,28 €	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		17 939,57 €	- €	
Estado e outros entes públicos		123 548,86 €	59 146,19 €	
Financiamentos obtidos	7	135 081,84 €	183 581,32 €	
Fornecedores de investimentos		822 340,42 €	31 727,59 €	
Outras contas a pagar		1 023 540,91 €	920 322,16 €	
Diferimentos		8 245,15 €	3 097,28 €	
		3 404 448,00 €	1 603 117,82 €	
Total Passivo		4 469 608,98 €	2 948 315,28 €	
Total Património Líquido e Passivo		44 877 114,05 €	41 757 896,13 €	

DR - Demonstração de Resultados Por Natureza Consolidada

Do período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	13 /14	1 511 955,36 €	1 157 991,92 €
Vendas	13	18 301,63 €	21 097,41 €
Prestações de serviços e concessões	13	851 902,62 €	853 201,73 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	7 656 645,70 €	7 410 730,59 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	1/13/14	33 965,15 €	47 251,56 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 149 470,79 €	- 44 786,81 €
Fornecimentos e serviços externos	-	3 286 062,10 €	- 3 077 250,01 €
Gastos com pessoal	-	4 710 894,86 €	- 3 949 132,74 €
Transferências e subsídios concedidos	-	1 260 110,99 €	- 1 286 143,74 €
Prestações sociais	-	436 299,17 €	- 514 921,63 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	125,56 €	274,11 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	49 679,27 €	130 904,62 €
Outros rendimentos	13	929 546,66 €	1 250 310,05 €
Outros gastos	-	258 186,43 €	- 467 399,64 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		951 097,61 €	1 532 127,42 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	- 1 961 588,84 €	- 1 966 207,00 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		- 1 010 491,23 €	- 434 079,58 €
Juros e rendimentos similares obtidos		3 212,61 €	319,03 €
Juros e gastos similares suportados	7	- 51 726,54 €	- 76 561,15 €
Resultado antes de impostos		- 1 059 005,16 €	- 510 321,70 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €
Resultado líquido do período		- 1 059 005,16 €	- 510 321,70 €

Município de Sabrosa

Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

Data: 31.12.2025

Unidade Monetária: Euro

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		38 182 379,65 €				425 556,70 €	-15 968 044,56 €	1 715 406,91 €	0,00 €	14 964 603,86 €		38 809 580,86 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 119 138,87 €	-98 520,99 €	0,00 €	3 364 267,53 €		2 656 929,37 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico						0,00 €	0,00 €					0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas							0,00 €			0,00 €		0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00 €
Realização do excedente de revalorização												0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações												0,00 €
Transferências e subsídios de capital							-5 666,00 €			3 222 422,55 €		3 216 756,55 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						0,00 €	-589 380,37 €	-98 520,99 €		0,00 €		-177 579,66 €
Correção de erros materiais							-524 092,50 €			141 844,98 €		-382 247,52 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												-1 059 005,16 €
RESULTADO INTEGRAL											0,00 €	1 597 924,21 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Subscrições de capital/património							0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Entradas para cobertura de perdas							0,00 €					0,00 €
Outras operações												0,00 €
Subscrições de prémios de emissão												0,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		38 182 379,65 €				425 556,70 €	-17 087 183,43 €	1 616 885,92 €	0,00 €	18 328 871,39 €		40 407 505,07 €

W.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
T. Pedro

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

Rubricas	Notas	Periodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		828 985,41 €	747 806,03 €
Recebimentos de contribuintes		725 137,35 €	436 380,49 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 513 740,51 €	7 290 990,14 €
Recebimentos de utentes		216 303,77 €	179 148,70 €
Pagamentos a fornecedores		-3 434 312,58 €	-3 242 102,73 €
Pagamentos ao pessoal		-4 260 077,12 €	-3 630 000,75 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 106 472,88 €	-1 264 999,82 €
Pagamentos de prestações sociais		-345 320,09 €	-524 399,16 €
Caixa gerada pelas operações		1 137 984,37 €	-7 177,10 €
Outros recebimentos/pagamentos		820 232,08 €	769 029,00 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 958 216,45 €	761 851,90 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-5 086 913,35 €	-1 528 599,27 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-24 103,36 €	-21 682,20 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		43 079,57 €	107 574,00 €
Recebimentos - Outros ativos		2 513 352,59 €	1 690 207,39 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 554 584,55 €	247 499,92 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		3 212,61 €	319,03 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-191 277,34 €	-182 961,78 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-51 721,94 €	-76 565,22 €
Pagamentos - Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-239 786,67 €	-259 207,97 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1	1 295 984,43 €	545 840,58 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	459 829,66 €	1 295 984,43 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 295 984,43 €	545 840,58 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 295 984,43 €	545 840,58 €
SGA De execução orçamental		1 056 206,33 €	306 881,83 €
SGA De operações de tesouraria		239 778,10 €	238 958,75 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		459 829,66 €	1 295 984,43 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		459 829,66 €	1 295 984,43 €
SGS De execução orçamental		199 889,58 €	1 056 206,33 €
SGS De operações de tesouraria		259 940,08 €	239 778,10 €

W.

MUNICÍPIO DE SABROSA

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2025

4. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Handwritten signatures and initials:
T. Pedro
J. J. J.



SABROSA

Município

Terra de Fernão Magalhães

u.
T. Pedro
AB
[Handwritten signatures and initials]

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

O Grupo Município de Sabrosa ("Entidade") apresenta demonstrações financeiras consolidadas em cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI).

De acordo com o n.º 6 do Art. 75º da Lei n.º 73/2013, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Assim, nos termos da NCP 24 – Acordos Conjuntos, verifica-se a necessidade de se proceder à consolidação de contas aplicando-se, para o efeito, o método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio substituir o anterior referencial – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1.1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade consolidante: Município de Sabrosa

Sede Social: Rua do Loreto, 5060-328 Sabrosa

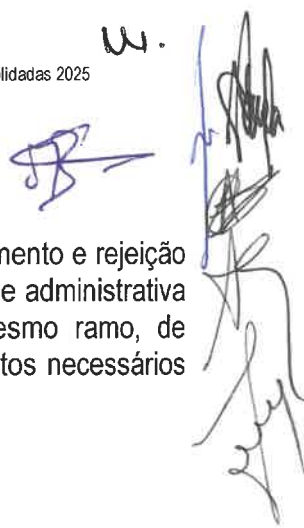
Atividade Principal: planeamento, organização e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade, defesa do consumidor, promoção e desenvolvimento, ordenamento do território e cooperação externa.

Entidade consolidada: Águas do Interior Norte, E.I.M., SA

Sede Social: Avenida Rainha Santa Isabel, n.º1, 5000-434 Vila Real

Atividade Principal: Exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte,

u.
T. Pedro



tratamento, abastecimento, valorização das águas de consumo público e para a recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para desenvolvimento da sua atividade.

Capital Social/Estatutário: 27.148.050,00€

Participação detida: 6.72%

A Empresa Águas do Interior Norte, entidade consolidada, detida a 6,72% pelo Município, não faz parte do perímetro de consolidação orçamental nos termos dos parágrafos 22 e 23 da NCP26

1.1.2 – Entidades Excluídas na consolidação

Entidades / Participada		Participação	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Observações
Denominação	NIPC					
Águas do Norte	513 606 084	0,08%	108 095 468,00 €	320 645,57 €	13 264 770,00 €	a)
Dourogás	508 195 128	0,16%				b)
Sonorgás	503 264 113	0,05%				b)
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	0,06%	417 857 175,00 €			b); c)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1 500,00 €				b)
Fundação Museu do Douro	507 693 671	12 413,00 €				b)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	4 819,25 €				b)
Turismo Porto e Norte de Portugal	508 905 435	1 500,00 €				b)
AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos	G09 305 129	1 000,00 €				b)
Sabrosa Douro XXI	507 850 297	250,00 €				b)
Associação Nacional de Assembleias Municipais	513 864 202	1 175,00 €				b)
Rede Mundial de Cidades Magalhânicas	G-90212606	3 000,00 €				b)
Assoc. Port. Pais Amigos Cidadão Deficiente Mental	504 646 915	500,00 €				b)
a) criada pelo Dec. Lei n.º 93/2015 de 29 de Maio	c) Entidades não societária (fundações e associações)					
b) criada pela Lei n.º 53/2014 de 25 Agosto						

Tratam-se de entidades sobre as quais o Município de Sabrosa não exerce de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção, pelo que não enquadráveis no n.º 4,5 e 6 do Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1.2 – Referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro. As políticas contabilísticas, apresentadas na Nota 2, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o ano de 2025.

A informação financeira apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2025 foi preparada nos pressupostos da comparabilidade.

1.3 – Informações de procedimentos de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Município foi aplicado o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos associados e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.

Ajustamento de consolidação na conta 41.4 - Investimentos noutras entidades		
Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Capitais Próprios a 31/12/2025	75 614 614,19 €	
Parte de Capital do Município	5 081 302,07 €	6,72%
Reconhecimento da proporção do Resultado Líquido		
Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Resultado Líquido de 2025	505 433,83 €	
Quota-parte do Resultado Líquido	33 965,15 €	6,72%

1.4 – Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	dez/25	dez/24
Caixa	20,86 €	216,96 €
Depósitos à ordem	200 974,71 €	1 056 178,36 €
Depósitos à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à Ordem	200 974,71 €	1 056 178,36 €
Outros Depósitos	258 834,09 €	239 589,11 €
Depósitos a prazo		
Depósitos de garantias e cauções	258 834,09 €	239 589,11 €
TOTAL	459 829,66 €	1 295 984,43 €

W.
T. Pedro
[Handwritten signatures and initials]

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município.

Derrogações de políticas contabilísticas

A (IPSAS) 33, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Face ao exposto, o Município de Sabrosa aplicou a prerrogativa do período mais alargado de transição para a aplicação das seguintes situações, por motivos de pandemia e falta de recursos humanos disponíveis:

- Conforme o disposto no #93 e #94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo fixo tangível, nomeadamente imóveis, não basta que o Município seja proprietário legal do imóvel. O Município de Sabrosa terá de ter em consideração o controlo que detém sobre os mesmos, o qual implica o seu potencial de serviço (capacidade de uso) ou benefícios económicos. Ou seja, no atual normativo contabilístico o que releva é o controlo e não a propriedade/titularidade. Neste contexto, não foi ainda possível ao Município terminar esta avaliação sobre o controlo, de forma a reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras apenas os ativos que controla, pelo que foi derogada esta disposição legal. A Escola Miguel Torga e o Centro de Saúde foram transferidos para o Município na Delegação de Competências, contudo os ativos ainda não foram reconhecidos, porque os respetivos Ministérios estão a tratar das transferências dos mesmos e das respetivas escrituras.
- Não foi ainda dado cumprimento à NCP 3: Ativos Intangíveis. Também durante o exercício económico de 2026 serão efetuados todos os esforços com o propósito do seu correto registo.

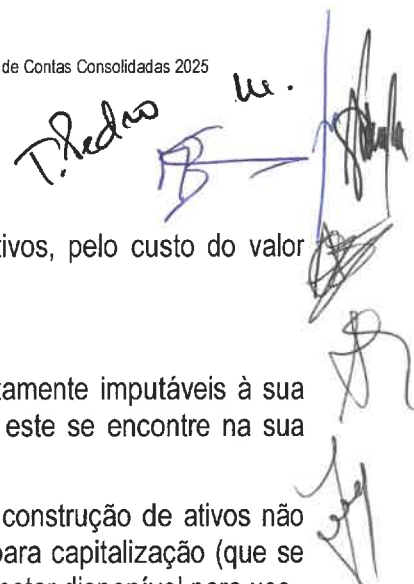
As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se conforme seguinte:

- **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento no Balanço é efetuado quando for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis é feita ao custo, a menos que o ativo seja adquirido através de uma transação sem contraprestação. Neste caso, a mensuração é efetuada pelo Valor

T. Reda *me.*



Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os juros de empréstimos ainda que diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos não foram capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização (que se qualifica) é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso.

Os custos são reconhecidos como ativos tangíveis e propriedades de investimento apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos em resultados.

As beneficiações e grandes reparações que aumentem o período de vida útil estimado ou as condições de operabilidade, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos em resultados do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

O Município não apresenta propriedades de investimento.

- **Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

- **Participações financeiras**

As participações financeiras referem-se a investimentos e outras entidades mensuradas ao custo. No termos da NCP 18 – Instrumentos Financeiro foram objeto de testes de imparidade tendo resultado o reconhecimento de imparidades.

As imparidades reconhecidas resultam das Contas das respetivas entidades.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Teresa W." and "PB".

- **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes, considerando a vida útil de referência que consta no CC2. Conforme quadro infra, não tem sido efetuada qualquer depreciação de terrenos.

	VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	10 e 100 anos
Infraestruturas	10 e 20 anos
Património histórico, artístico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico	4 e 10 anos
Equipamento de transporte	4 e 20 anos
Equipamento administrativo	4 e 8 anos
Equipamento biológico	4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 e 8 anos

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. As vidas úteis dos ativos são revistas à data do reporte, se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados ou potencial de serviço, bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores.

Alterações nas depreciações do período, caso existam, serão contabilizadas de forma prospetiva.

- **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

- **Contas a pagar**

As contas a pagar são reconhecidas pelo seu justo valor, resultante de faturas ou documentos similares remetidos à autarquia, contratos, protocolos e outros similares celebrados. São ainda registados os valores a pagar no ano seguinte que resultam de apuramento efetuado assente no histórico de informação contabilística existente na autarquia.

- **Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

Trêsda m.
AB
[Signature]
[Signature]
[Signature]

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores em caixa e depósitos refletem o montante disponível nos cofres da tesouraria, os valores depositados em contas à ordem e ainda os valores depositados sob a forma de garantias e cauções prestadas a favor do Município, sob condição e tendo por base os contratos celebrados, à data de 31.12.2025.

- **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões para processos judiciais em curso foram constituídas tendo por base a análise de todos os processos judiciais identificados pelo advogado do Município de Sabrosa e pelos serviços jurídicos da autarquia, tendo sido determinada uma provisão assente em julgamento efetuado ao ponto de situação de cada processo em curso em conjunto com o escritório de advogados e considerando o histórico em processos de igual natureza.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Nota 3 - Ativos intangíveis (AI)

É aplicado o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Os bens são mensurados pelo seu custo.

Em 2025 e ano comparativo, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo, e dá resposta aos seguintes tópicos:

- AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas;
- AI - quantia escriturada e variações no período;
- AI - desagregação das adições;
- AI - desagregação das diminuições; e,
- AI - Excedentes de revalorização

T. Pedro m.
[Signature]

Em 2025:

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Aumentos								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
A13	Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	- €	0,00 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação	132,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-121,86 €	0,00 €	- €	10,14 €
A15	Propriedade Industrial e Intelectual	0,00 €	- €		- €	- €	- €	0,00 €	- €	- €	0,00 €
A17	Ativos Intangíveis em curso	112 282,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		- €	112 282,40 €
TOTAL		112 414,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-121,86 €	0,00 €	0,00 €	112 292,54 €

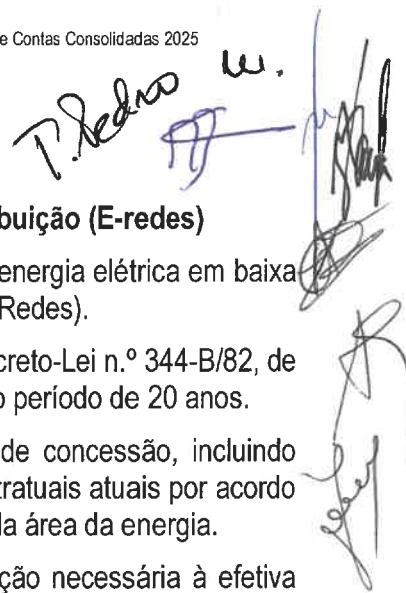
Em 2024:

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Aumentos								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
A13	Projetos de desenvolvimento	2 304,96 €	3 686,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-5 991,27 €	0,00 €	- €	0,00 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação	253,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-121,77 €	0,00 €	- €	132,00 €
A15	Propriedade Industrial e Intelectual	0,00 €	- €		- €	- €	- €	0,00 €	- €	- €	0,00 €
A17	Ativos Intangíveis em curso	106 772,00 €	5 510,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		- €	112 282,40 €
TOTAL		109 330,73 €	9 196,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 113,04 €	0,00 €	0,00 €	112 414,40 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com os elementos fundamentais. Não há lugar a pagamento, há sim lugar a recebimento.

Acordos de concessão de serviços	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A.	505938022	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	-----
Contrato de Cedência de Infraestruturas relativas ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	Águas do Norte	505863901	Exploração e da gestão do Sistema	---	-----

T. Pedro *W.*


4.1 – Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP Distribuição (E-redes)

O Município de Sabrosa é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição – Energia, S.A. (atualmente E-Redes).

Este contrato de concessão iniciado, no âmbito do quadro legal que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, tendo o mesmo sido alterado e renovado em 29/06/2021, para um novo período de 20 anos.

O Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, prorrogou a vigência dos contratos de concessão, incluindo aqueles cujo prazo já terminou, permitindo a alteração de algumas das condições contratuais atuais por acordo entre a E-Redes e a ANMP em articulação com o membro do Governo responsável pela área da energia.

Ainda nos termos do mesmo Decreto-Lei, a prorrogação acima referida tem a duração necessária à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, na sequência de concurso público para a sua atribuição.

De acordo com a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços, o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

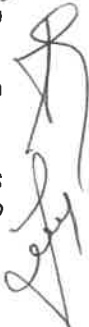
Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação suficiente e detalhada para o efeito.

De relevar, neste ponto, a Orientação Técnica n.º 1, de 18 de fevereiro de 2025, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística que a seguir se transcreve:

«Assim, considerando:

- *As significativas dificuldades reportadas, por parte dos municípios, na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquelas concessões e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento / desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo Orientação Técnica n.º 1 – Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.) quando tenham a mesma natureza e vida útil e, quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelos concessionários daqueles adquiridos pelos concedentes e já reconhecidos por estes, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis;*
- *Que a NCP 4 prevê a existência de situações em que o concedente adquire os ativos e os coloca à disposição do concessionário, circunstância que se verifica no caso em apreço, a par de uma renda que remunera os municípios pelo contrato de concessão;*
- *Que as vidas úteis apresentadas pelo concessionário são as que decorrem das estipuladas na lei por categoria e não as previstas no Classificador Complementar 2;*
- *Que, ao longo do contrato, os municípios utilizaram diferentes referenciais contabilísticos, criando dificuldades na identificação e confirmação dos ativos adquiridos por estes e colocados à disposição do concessionário, não os identificando claramente no cadastro apresentado;*
- *Que a quantia da obrigação associada a um eventual passivo financeiro poderá não ser possível de ser mensurada com suficiente fiabilidade, com a indemnização a ser determinada após o fim do prazo de concessão por uma comissão a ser constituída.*

u.
T. Redno

Entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.

Não obstante, deverão ser divulgados no anexo a natureza e termos dos acordos de concessão em causa, os riscos associados (ex.: garantias, cláusulas de rescisão), os ativos e passivos contingentes ao abrigo da NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.»

Assim, atendendo à insuficiente informação prestada pela concessionária E-Redes, não existem condições para proceder ao reconhecimento dos ativos que se encontram ao abrigo do contrato de concessão, pelo que a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços não foi aplicada.

4.2 – Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a Águas do Norte

O Município de Sabrosa é concedente num contrato de Cedência de Infraestruturas relativas ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais no perímetro municipal, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, atualmente Águas do Norte.

De acordo com a NCP4 – Acordos de concessão de serviços o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas relativos ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, que se encontram a ser geridos pela concessionária Águas do Norte.

No entanto, não é possível proceder ao reconhecimento dos Ativos e dos Passivos relacionados, dado o Município não ter obtido a respetiva informação de mensuração.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Refira-se que quando não se conhece o custo do ativo é adotado o Valor Patrimonial Tributário para os imóveis e o valor de mercado para os restantes ativos em conformidade com a Estrutura Conceptual do SNC-AP.

A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações. Em 2025 e ano comparativo, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida e dá resposta aos seguintes tópicos:

AFT - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas;

AFT - quantia escriturada e variações no período;

AFT - desagregação das adições;

AFT - desagregação das diminuições; e,

AFT - Excedentes de revalorização

T. Pedro

Em 2025:

Designação	Quantia escriturada Inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	17 148 239,74 €	45 509,53 €	850 899,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	- 1 279 400,95 €	0,00 €	0,00 €	16 765 247,32 €
Terrenos e recursos naturais	1 243 816,37 €	- €	165 348,47 €	- €	- €	- €	- 389,04 €	- €	- €	1 408 775,80 €
Edifícios e outras construções	3 195 172,18 €	7 676,76 €	194 651,53 €	- €	- €	- €	- 99 567,86 €	- €	- €	3 297 932,61 €
Infraestruturas	12 621 654,09 €	37 832,77 €	490 899,00 €	- €	- €	- €	- 1 178 158,38 €	- €	- €	11 972 227,48 €
Património Histórico, artístico e cultural	82 054,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 435,60 €	- €	- €	81 618,98 €
Outros	5 542,52 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 850,07 €	- €	- €	4 692,45 €
Outros ativos fixos tangíveis	15 413 228,42 €	5 983 954,83 €	- 850 899,00 €	- €	- €	- €	- 682 066,03 €	- €	- 7 954,38 €	19 860 996,74 €
Terrenos e recursos naturais	3 002 428,80 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 002 428,80 €
Edifícios e outras construções	9 951 501,43 €	263 151,40 €	817 962,85 €	- €	- €	- €	- 374 831,97 €	- €	- 7 954,38 €	10 649 829,33 €
Equipamento básico	473 819,43 €	165 246,79 €	- €	- €	- €	- €	- 144 054,41 €	- €	- €	495 011,81 €
Equipamento de transporte	47 097,90 €	158 055,82 €	- €	- €	- €	- €	- 52 015,17 €	- €	- €	153 138,55 €
Equipamento administrativo	84 432,73 €	28 030,50 €	- €	- €	- €	- €	- 34 221,24 €	- €	- €	78 241,99 €
Outros	275 434,62 €	17 158,17 €	- €	- €	- €	- €	- 72 210,34 €	- €	- €	220 382,45 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 578 513,51 €	5 352 312,15 €	- 1 668 861,85 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5 261 963,81 €
	32 561 468,16 €	6 029 464,36 €	- €	- €	- €	- €	- 1 961 466,98 €	- €	- 7 954,38 €	36 626 244,06 €

Em 2024:

Designação	Quantia escriturada Inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	18 293 571,57 €	116 359,58 €	75 231,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	- 1 336 923,20 €	0,00 €	0,00 €	17 148 239,74 €
Terrenos e recursos naturais	1 242 816,37 €	1 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 243 816,37 €
Edifícios e outras construções	3 298 312,42 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 103 140,24 €	- €	- €	3 195 172,18 €
Infraestruturas	13 667 990,28 €	115 359,58 €	70 957,55 €	- €	- €	- €	- 1 232 653,32 €	- €	- €	12 621 654,09 €
Património Histórico, artístico e cultural	78 073,46 €	- €	4 274,24 €	- €	- €	- €	- 293,12 €	- €	- €	82 054,58 €
Outros	6 379,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 836,52 €	- €	- €	5 542,52 €
Outros ativos fixos tangíveis	14 670 928,30 €	1 471 991,55 €	- 75 231,79 €	- €	- €	- €	- 623 139,32 €	- €	- 31 320,32 €	15 413 228,42 €
Terrenos e recursos naturais	3 006 819,95 €	5 301,77 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 9 692,92 €	3 002 428,80 €
Edifícios e outras construções	10 127 493,62 €	204 618,37 €	- €	- €	- €	- €	- 358 983,16 €	- €	- 21 627,40 €	9 951 501,43 €
Equipamento básico	456 789,62 €	147 716,05 €	- €	- €	- €	- €	- 130 686,24 €	- €	- €	473 819,43 €
Equipamento de transporte	70 275,42 €	526,85 €	- €	- €	- €	- €	- 23 704,37 €	- €	- €	47 097,90 €
Equipamento administrativo	78 171,04 €	41 120,55 €	- €	- €	- €	- €	- 34 858,86 €	- €	- €	84 432,73 €
Outros	327 760,68 €	22 580,63 €	- €	- €	- €	- €	- 74 908,69 €	- €	- €	275 434,62 €
Ativos fixos tangíveis em curso	603 617,97 €	1 050 127,33 €	- 75 231,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 578 513,51 €
	32 964 499,87 €	1 588 351,13 €	- €	- €	- €	- €	- 1 960 062,52 €	- €	- 31 320,32 €	32 561 468,16 €

O DL 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação. Apesar de o Município já ter aceite o exercício da competência em causa, ainda não procedeu ao registo dos imóveis da Escola EB 2,3/s Miguel Torga no seu património e no seu ativo.

u.
T. Pedro

O DL 23/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde. Apesar de o Município já ter aceite o exercício da competência em causa, ainda não procedeu ao registo dos imóveis do Centro de Saúde no seu património e no seu ativo.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no "Mapa de empréstimos".

Os financiamentos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

No exercício de 2025 não foram capitalizados juros.

Nota 8 - Propriedades de investimento

O Grupo não apresenta as propriedades de investimento

Nota 9 – Imparidade de ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e ano comparativo as perdas por imparidade são as seguintes:

Ativo	Saldo Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas Saldo inicial	Saldo líquido	Perdas reconhecida em 2025	Reversão reconhecidas em 2025	Outras correções	Saldo final a 31/12/2025
Cientes, contribuintes e utentes	54 183,78 €	54 309,34 €	- 125,56 €	- €	125,56 €	- €	54 183,78 €
TOTAL	54 183,78 €	54 309,34 €	-125,56 €	0,00 €	125,56 €	0,00 €	54 183,78 €

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2025. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos e gastos	Variações nos inventários de produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias	270 514,55 €	175 799,49 €	150,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	446 164,04 €
Matérias-primas, subsid	29 982,48 €	138 933,25 €	149 320,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 903,31 €	37 498,25 €
Produtos acabados e int	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdici	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	300 497,03 €	314 732,74 €	149 470,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 903,31 €	483 662,29 €

W.
T. Redas
[Handwritten signatures]

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Nos termos da NCP 13, os rendimentos com contraprestação são aqueles em que o Município recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual, que pode ser na forma de bens, serviços ou uso de ativos.

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Ver mapa anexo

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências, taxas, multas e outras penalidades

- Os impostos, taxas, multas e outras penalidades são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.
- As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Ver mapa anexo

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Sabrosa, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para € 18.165,00 que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Sabrosa, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

u.
T. Pedro

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	67 844,27 €	- €	- €	- €	- €		49 679,27 €		49 679,27 €	18 165,00 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Materiais ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	67 844,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49 679,27 €	0,00 €	49 679,27 €	18 165,00 €

15.2 - Ativos Contingentes

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, enquadram-se nesta rubrica.

Deve ser preenchido o próximo parágrafo do valor das cauções/depósitos não reconhecidos na contabilidade financeira:

O montante de 1.267.090,90€ não se encontra reconhecido enquanto ativo do Município na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Conflito no Médio Oriente

No final de fevereiro de 2026 ocorreram diversos ataques efetuados pelos Estados Unidos e Israel contra o Irão.

Este conflito militar está a ter impactos em diversos países da região, tais como Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Líbano, Chipre, originando perturbações nos mercados internacionais a vários níveis.

Estamos atentos a estes acontecimentos, que se enquadram como eventos subsequentes não ajustáveis, nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), por não terem qualquer impacto nas condições existentes à data do balanço.

Com base na informação atualmente disponível e atendendo à natureza e exposição operacional da Entidade, não se antecipam impactos materiais na posição financeira, no desempenho ou na continuidade das operações.

A Entidade continuará a monitorizar atentamente a evolução deste conflito e atualizará esta avaliação caso ocorram desenvolvimentos que possam ter efeitos relevantes nas DFs.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são quaisquer contratos que deem origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciem um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os

u.

T. Pedro

[Handwritten signatures and initials]

seus passivos. No que se refere aos Passivos financeiros, estes relacionam-se essencialmente com financiamentos obtidos e outras contas a pagar.

Analisada a participação no capital de diversas entidades pelo Município de Sabrosa, segue a relação das entidades cujos investimentos em capital se cifram numa participação inferior a 20%, e por este facto são tipificadas como investimentos financeiros que não são participações de capital em entidades controladas ou associadas.

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital Social	Participação no final do exercício			Forma Realização de Capital		Obs	Valor de balanço
Denominação	NIPC				Valor subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Águas Interior Norte	515 684 473	SA	37 002	31 647 550,00 €	3 430 451,00 €	6,72%	3 430 451,00 €	3 430 451,00 €	0	a)	5 081 302,07 €
Águas do Norte	513 606 084	SA	36 001	108 095 488,00 €	115 288,00 €	0,08%	296 173,28 €	115 288,00 €	0	b)	115 288,00 €
Dourogás	508 185 128	SA	35 210	1 000 000,00 €	1 565,00 €	0,16%	1 565,00 €	1 565,00 €	0	b)	1 565,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Estado		650 000 000,00 €	251 495,00 €	0,06%	251 495,00 €	251 495,00 €	0	b)	251 495,00 €

- a) Registado pelo método de equivalência patrimonial
- b) Registado ao custo

Não foi obtida informação financeira sobre a participação Dourogás.

Ativos Financeiros

Rubricas	Conta estruturada inicial	Aumentos				Diminuições				Conta estruturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienacões	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	5 798 799,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 798 799,00 €
Participações financeiras-custo	3 798 799,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 798 799,00 €
Outros ativos financeiros	1 852 487,36 €	0,00 €	0,00 €	125,56 €	521 839,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	886 640,64 €	1 487 811,67 €
Devedores por transferências e subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	509 388,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	208 210,88 €	301 177,12 €
Clientes, contribuintes e utentes	178 799,60 €	0,00 €	0,00 €	125,56 €	12 451,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	191 376,55 €
Outras contas a receber	1 673 687,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	678 429,76 €	995 258,00 €
Total	5 651 286,36 €	0,00 €	0,00 €	125,56 €	521 839,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	886 640,64 €	5 286 610,67 €

Passivos Financeiros

Rubricas	Conta estruturada inicial	Aumentos				Diminuições				Conta estruturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienacões	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Outros passivos financeiros	2 742 622,44 €	- €	- €	- €	2 136 938,46 €	- €	- €	- €	319 016,41 €	4 575 293,72 €
Financiamentos obtidos	1 460 934,51 €								278 856,69 €	1 196 827,05 €
Cretores por transferências e subsídios	- €								- €	- €
Fornecedores c/c	405 243,28 €	- €			868 507,97 €					1 273 751,25 €
Fornecedores de investimento	31 727,59 €				790 612,83 €					822 340,42 €
Cauções	239 589,06 €				59 404,75 €				40 159,72 €	258 834,09 €
Outras contas a pagar	605 128,00 €				418 412,91 €				- €	1 023 540,91 €
Total	2 742 622,44 €	- €	- €	- €	2 136 938,46 €	- €	- €	- €	319 016,41 €	4 575 293,72 €

T. Pedro

[Handwritten signatures and initials]

Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Rubricas	Fragão do capital negociado no mercado	Quantia apuradora Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia apuradora Final
			Compras	Receitas de participações	Receitas das participações por resgate	Outros	Atenuações	Perdas de participações	Perdas por resgate	Outros	
Participações de capital-ao custo											
Fundo de Apoio Municipal	251 495,00 €	251 495,00 €									251 495,00 €
Águas do Interior Norte	3 430 451,00 €	3 430 451,00 €									3 430 451,00 €
Águas do Norte	115 288,00 €	115 288,00 €									115 288,00 €
Dourogás	1 565,00 €	1 565,00 €									1 565,00 €
Total	3 798 799,00 €	3 798 799,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 798 799,00 €

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Imóveis por regularizar

A 31 de dezembro de 2025 a listagem de imóveis que carecem de registo na Autoridade Tributária e Conservatória do Registo Predial, mas que constam do balanço da autarquia, classificados como Ativos Fixos Tangíveis, consta do quadro seguinte:

Nr. Inv.	Descrição	Patrimonial	Valor Contabilístico (Inicial)	Valor Alterações Patrimoniais	Valor Patrimonial (Atual)	Valor Amortizações	Valor Patrimonial Líquido
405363	EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE PAREDES	43.2.1	22 228,25 €	- €	22 228,25 €	16 053,65 €	6 174,60 €
405377	POLO ARQUEOLÓGICO DA GARGANTA (EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA)	43.2.1	161 160,02 €	- €	161 160,02 €	121 101,09 €	40 058,93 €
405378	EDIFÍCIO ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE ROALDE	43.2.1	20 162,32 €	- €	20 162,32 €	14 575,72 €	5 586,60 €
405384	EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA DE SOBRADOS	43.2.1	34 251,50 €	- €	34 251,50 €	24 682,88 €	9 568,62 €
405385	EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA	43.2.1	19 827,00 €	9 331,57 €	29 158,57 €	15 073,57 €	14 085,00 €
410149	CENTRO DE APOIO AO PEDESTRIANISMO, EX-ESCOLA PRIMÁRIA DE PAÇOS	43.0.2.5	27 555,02 €	- €	27 555,02 €	2 623,23 €	24 931,79 €

23.2 – Contabilidade de gestão

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos dos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão que definem divulgações específicas para as autarquias locais.

Trata-se de um processo que está em curso e que vai exigir uma adaptação do ERP financeiro, o que até ao momento não foi possível na sua totalidade.

O sistema atual não permite obter informação completa da contabilidade de gestão, no entanto foi possível trabalhar a informação ao longo do ano 2025 de forma a obter os gastos por centro de responsabilidade, não sendo ainda possível obter os rendimentos, inviabilizando assim a apresentação dos resultados económicos.

23.3 – Listagens de contratos de comodato e direitos de superfície

Não possuímos contratos de comodato nem direitos de superfície

u.
T. Pedro
[Handwritten signatures]

23.4- Outras Informações

- As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao município de Sabrosa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.
- Fundos Comunitários por receber

Verbas por receber por fundos	
Natureza	Valor
FEDER	1 144 080,07 €
FSE	340 780,88 €
FC	- €
Outros	8 274,22 €
TOTAL	1 493 135,17 €

u.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

T. Pedro

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Tipo de transação com contraprestação		Rendimento do período reconhecido	Observações
(1)		(2)	
	1. Prestação de serviços	851.902,62	
72.03.01	1.1. Saneamento		
72.03.02	1.2. Resíduos Sólidos	401.376,14	
72.03.03	1.3. Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias		
72.03.04	1.4. Trabalhos por Conta de Particulares		
72.03.05	1.5. Cemitérios	4.718,96	
72.03.07	1.6. Parques de Estacionamento		
72.03.09	1.7. Serviços Sociais	56.237,73	
72.03.11+72.08	1.8. Serviços Culturais	19.500,64	
72.03.11	Serviços Culturais		
72.08	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	19.500,64	
72.06	1.9. Vistorias e ensaios		
72.11+72.12	1.10. Aluguer de equipamentos	91.660,02	
72.11	Aluguer de equipamentos		
72.12	Arrendamento	91.660,02	
72.99+72.05+72.03.99	1.11. Outros serviços	278.409,13	
72.99	Outros serviços	2.079,27	
72.05	Concessões	275.452,96	
72.03.99	Outros	876,90	
	2. Venda de bens	18.301,63	
71.1.02	2.1. Água		
71.1.09	2.2. Outras mercadorias		
71.2	2.3. Produtos acabados e intermédios	18.301,63	
71.3	2.4. Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
	3. Juros	2.844,07	
79.1	3.1. Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2.844,07	
	4. Royalties		
	5. Dividendos ou distribuições similares		
	6. Outros	929.915,20	
78.4	6.1. Ganhos em inventários	17.903,31	
78.7.1.2	6.2. Alienações Ativos fixos tangíveis	25.140,00	
78.7.2	6.3. Sinistros		
78.8+78.1+79.9	6.4. Outros rendimentos	886.871,89	
78.8	Outros	883.422,59	
78.1	Rendimentos suplementares	3.080,76	
79.9	Outros rendimentos similares	368,54	
T O T A L		1.802.963,52	

Notas:
(2) - Para o reconhecimento do rendimento, divulgar em texto a seguir ao quadro, as políticas contabilísticas adotadas incluindo os métodos utilizados para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviço.

u.

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)	Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos	Observações
		Património líquido	Início do período	Final do período	
70.1.03+70.1.05+0.1. 1. 06+70.1.99	Impostos diretos	698.878,22			
	Resultados	líquido	período	período	
70.1.03	Derrama				
	Resultados	líquido	período	período	
70.1.05	Imposto municipal sobre imóveis	522.893,63			
	Resultados	líquido	período	período	
70.1.06	Imposto único de circulação	175.984,59			
	Resultados	líquido	período	período	
70.1.99	Outros				
	Resultados	líquido	período	período	
70.2	2. Impostos indiretos	603.503,57			
	Resultados	líquido	período	período	
	3. Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde				
	Resultados	líquido	período	período	
70.4.03	4. Taxas	199.880,41			
	Resultados	líquido	período	período	
70.4.04	5. Multas e outras penalidades	9.693,16			
	Resultados	líquido	período	período	
75.1.1.1.03+75.1.1.1. 6. 04+75.1.1.1.05+75.1.1. .1.09+75.1.1.4+75.1.1. .5+75.1.1.1.06+75.1.1. .1.07+75.1.1.1.08+5. 1.1.1.10+5.1.1.2.09	Transferências sem condição	7.534.616,61			
	Resultados	líquido	período	período	
75.1.1.1.03	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4.863.960,00			
	Resultados	líquido	período	período	
75.1.1.1.04	Fundo Social Municipal (FSM)	132.703,00			
	Resultados	líquido	período	período	
75.1.1.1.05	Participação no IRS				
	Resultados	líquido	período	período	
75.1.1.1.09	Outras	81.987,09			
	Resultados	líquido	período	período	
	T O T A L	9.046.571,97			

Tipo de transação sem contraprestação (1)		Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos	Observações
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
75.1.1.4	Administração Regional	Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.5	Segurança Social	Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.1.06	Transportes escolares	Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.1.07	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	1.199.533,00 Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.1.08	Participação no IVA	35.231,00 Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.1.10	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	1.195.374,00 Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.2.09	Outras	25.828,52 Resultados	líquido	período	período		
75.1.4	7. Transferências com condição	122.029,09 Resultados	líquido	período	período		
	8. Subsídios sem condição	Resultados	líquido	período	período		
	9. Subsídios com condição	Resultados	líquido	período	período		
	10. Legados, ofertas e doações	Resultados	líquido	período	período		
76.2+76.3	11. Outros	67.969,83 Resultados	líquido	período	período		
76.2	De perdas por imparidade	125,56					
	TOTAL	9.236.570,89					

Lei.

[Handwritten signatures and initials]

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)	Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos	Observações
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
76.3 De provisões	67.844,27				
TOTAL	9.236.570,89				

Notas:

(1) - caso seja apropriado o tipo de rendimentos derivados de impostos pode ser detalhado por imposto relevante.

(2) - para as principais classes de rendimentos, divulgar em texto a seguir ao quadro acima as bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade.

(3) - descrever se existem ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições e a natureza dessas restrições (por exemplo, transferências ou subsídios com condições).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be "T. Pedro" and several other initials.

W.
T. Ribeiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Sabrosa, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 44.877.114 euros e um total de património líquido positivo de 40.407.505 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.059.005 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações ao património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 1 da secção "Bases para a opinião com reservas" e das situações referidas no parágrafo n.º 2 da referida secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1) A insuficiente informação sobre o controlo do Grupo dos elementos integrantes do seu ativo fixo tangível, associada à sua grandeza, dispersão, antiguidade e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

2) A Entidade Consolidante encontra-se ainda em fase de aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, não tendo ainda sido possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

- Conforme o disposto nos parágrafos n.º 93 e n.º 94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem que dispor do controlo sobre o recurso. Neste contexto, não foi possível à Entidade Consolidante concluir esta avaliação de forma a ver reconhecidos nas suas demonstrações financeiras apenas os ativos onde o referido controlo é exercido nem proceder à mensuração dos bens que apresentavam valor zero no anterior referencial contabilístico designado POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais);
- Não foi possível à Entidade Consolidante proceder à análise individual dos ativos relativos ao património histórico intangível, pelo que a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 3 - Ativos Intangíveis foi derogada;
- A Entidade Consolidante não procedeu ao reconhecimento do rendimento resultante dos trabalhos para a própria Entidade em virtude de ainda não dispor de informação suficiente para o efeito.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Lu.
Pedro

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 1 da secção "Bases para a opinião com reservas" e das situações referidas no parágrafo n.º 2 da referida secção, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 5 de junho de 2026

C&R | Ribas Pacheco
SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

Representada por Rodrigo Ribas Pacheco
Número de Registo na OROC: 1163
Número de Registo na CMVM: 20160775

[Documento Assinado Eletronicamente]

T. Pedro
u.
B
[Handwritten signatures and initials]

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Nos termos das disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Sabrosa, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações ao património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, assim como a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

No desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhámos, com a profundidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, a atividade do Grupo ao longo do presente exercício.

Em consequência do trabalho realizado, verificámos, exceto quanto às matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" da certificação legal das contas consolidadas, que as demonstrações financeiras consolidadas exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económica e financeira consolidada do Grupo bem como os resultados consolidados obtidos no exercício em questão. Procedemos ainda à apreciação do relatório consolidado de gestão que foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas.

Procedemos também à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

1 / 1

Porto, 5 de junho de 2026

C&R | Ribas Pacheco
SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

Representada por Rodrigo Ribas Pacheco
Número de Registo na OROC: 1163
Número de Registo na CMVM: 20160775

[Documento Assinado Eletronicamente]